

ENCARGOS SOCIAIS DO EMPREGADOR — "Tendo em vista a importância da matéria para a correta interpretação dos contratos de obras por administração, em que o empreiteiro fica com o direito ao reembolso das importâncias dispendidas a título de "encargos sociais", louvamos a publicação do estudo especial publicado por *Conjuntura Econômica* sobre o assunto em seu número 7/65, mas insistentemente em novo destaque ao tópico constante da pág. 54, versando em torno da diferença entre a contraprestação de serviço e o salário. Efetivamente, para efeito de reembolso por importâncias correspondentes a taxas que incidem sobre a folha de salários, objeto do QUADRO II do citado estudo, só deve ser levada em conta a porcentagem ali indicada de 38,4 (salvo, evidentemente, variações peculiares a cada caso), com exclusão dos componentes do chamado 3.º grupo, contrariamente ao que vem sendo adotado pela grande maioria dos empreiteiros e pelo próprio Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado da Guanabara, conforme circular n.º 4/65 daquele órgão, que é representativo da classe beneficiada (anexo). Nossa preocupação tem por motivo o fato de que uma interpretação diferente da que foi dada pelo estudo especial em questão, resulta, e vem resultando, em elevação injustificada do

custo das obras sob o regime considerado, pela dupla aplicação disfarçada de uma mesma taxa, isto é, pela imposição da obrigação de reembolso de parcela já incluída no salário". REGINALDO BARROS NETO, Estado da Guanabara.

— O problema da diferença entre o salário mensal e a contraprestação de serviços foi bem interpretado pelo leitor.

A contraprestação de serviços não inclui os dias não trabalhados por qualquer motivo, ainda, que por força da lei. Por outro lado, no salário mensal estão incluídos pagamentos de dias ou horas em que não há prestação de serviços ou seja, pagamentos de alguns encargos sociais.